

**ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA:
UMA ABORDAGEM PARA A SALA DE AULA**

Carlos Gustavo Camillo Pereira (UVA)
gustavo.c.p@live.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal descrever o contexto atual do ensino de língua portuguesa tal como é hoje, adicionalmente será traçado a aplicação, uso e concepção da gramática normativa e descritiva, no entanto tal descrição será feita de maneira breve, visto que a abordagem exaustiva do assunto não poderia ser realizada neste trabalho. Finalmente, é estabelecida uma proposta de ensino voltada o reconhecimento dos padrões linguísticos presente na língua portuguesa, tal proposta está baseada nos procedimentos de análise científica da língua encontrada em Mário Alberto Perini. Para a aplicação deste método, é defendido também o uso de textos contextualizados, visto que, desta forma, textos que fazem parte do cotidiano do estudante poderão trazer mais sentido aos critérios de análises adotados.

Palavras-chave: Gramática descritiva. Gramática tradicional. Método científico.
Ensino de português.

1. O contexto atual

Ao refletirmos sobre os estudos iniciais da linguagem, bem como a fase saussuriana, é possível depreender que há diversas formas de lidar com o fenômeno linguístico, considerando-o, como um fim em si mesmo, sendo admissível estudá-lo sem levar em conta o falante.

Essa visão, no entanto, não foi adotada pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (2000), visto afirmar que a língua é produto e produção cultural, nascida por forças de práticas sociais, uma vez que o grande objetivo da linguagem é possibilitar interação e a comunicação com os usuários da língua. Isso posto, o ensino de língua portuguesa não deve basear-se na simples memorização, categorização e classificação da forma em detrimento da função.

Luft (2006) afirma, porém, que o ensino de língua materna tem se dado apenas na esfera gramatical, cujo objetivo principal é enfatizar a estrutura, fazendo com que a evidência da aprendizagem seja utilização puramente normativa da língua, como consequência, a não dominação deste conteúdo faz com que alunos, nativos da língua portuguesa, acreditem não serem sequer falantes da língua.

Chegamos assim ao que constitui o mais grave dano causado por um ensino de língua fundado na teorização gramatical [puramente normativa]: a relação negativa do falante com sua própria língua. A convicção que se vai infiltrando de “não saber a língua”, e com isso o bloqueio da criatividade, inibição da linguagem, sensação de incapacidade e insegurança. (...) Daí conceitos bizarros tão difundidos entre nós: (...) falamos errado, a língua está em decadência etc. Por trás de tudo, a perigosa ideia: somos um povo inferior, cidadãos incapazes... Até na língua do país. (LUFT, 2006, p. 94)

Prova disso são os intermináveis exercícios de completar lacunas; conjugação do paradigma verbal; utilização do texto como pretexto para ensinar classificações e, muito raramente, a função de tais dispositivos na fala e escrita. Por conseguinte, continua-se a desconsiderar o ensino da língua em reais contextos de uso.

Como não me tenho cansado de afirmar: somente na escola, a gente escreve para ninguém, a gente escreve sem saber para quê; e, por isso, a gente escreve não importa o quê, inclusivamente “frases soltas”, descontextualizadas, contrariando até mesmo o que fazem as crianças quando estão aprendendo os jeitos mais elementares de interagir verbalmente. Somente na escola a gente esvazia a linguagem de suas autênticas funções. (ANTUNES, 2014, p. 33)

Porém, é importante notar que Irlandé Antunes (2014) explicita que esta situação é recorrente devido à crença de que a gramática é encarada como um escopo de conhecimento irrefutável e que possui a capacidade de, por si só, instruir e construir conhecimentos aplicáveis. Para mudar esta concepção, a autora estabelece que é preciso desiludir os alunos e professores sobre o mito de que, estudando somente a gramática, eles irão aprender a escrever bons textos, ou ler textos mais elaborados cujo grau de complexidade é alto.

Sendo assim, reafirma-se a necessidade do uso de textos, diálogos e interação contextualizados, pois apenas assim será possível estabelecer uma nova abordagem eficaz, caso contrário, muito do conteúdo lecionado não terá sua importância reconhecida, fazendo com que se repita o discurso normalmente ouvido nas escolas: não sei para que utilizarei isto na minha vida quando eu sair da escola.

As práticas sociais de uso da escrita são situacionais e culturalmente determinadas: não faz sentido ensinar a ler jornais numa comunidade do sertão nordestino, onde não há sequer um jornal ou revista, sem antes ter criado a necessidade de ler jornais, isto é, sem antes ter introduzido o jornal na vida comunitária. (KLEIMAN, 2008, p. 69)

Com o objetivo de evitar este discurso, Silva (2012) enfatiza que a forma mais adequada de trabalhar o texto em sala de aula é por meio dos gêneros textuais, no entanto ela faz uma ressalva dizendo que não se de-

va focar nas tipologias geralmente focalizadas: narração, descrição, dissertação ou até mesmo a redação escolar. A autora continua e explica que um dos maiores fatores que impedem a criação textual dos alunos é a falta de espontaneidade, visto que tais produções, normalmente, são artificiais e sequer possuem destinatário.

O professor de língua portuguesa, antes de todos, precisa entender que o trabalho com os gêneros textuais tem a finalidade principal de libertar, de mostrar que textos, os mais diversos, circulam por nossa sociedade e que é de grande relevância para as pessoas saberem distinguir formas e funções. O trabalho com gêneros vai aproximar o aluno do mundo real à medida que os textos que eles produzem em sala representem esse mundo. Por mais que nem todos textos possam, de fato, circular socialmente, os alunos estarão produzindo a partir de situações que simulam o real, que eles veem para todos os lados que olhem, diferente da velha conhecida redação escolar nos moldes tradicionais (para não dizer antigos). (SILVA, 2012, p. 144)

2. Gramática normativa e descritiva: concepção, uso e aplicação

Todavia, antes de propor qualquer abordagem, é de fato importante compreender como surgiu a necessidade de existir uma gramática a fim de normalizar e direcionar o ato da fala. Sendo assim, é exposto de forma breve o percurso da gramática e a contraposição da que seria normativa à descritiva.

Durante os estudos saussurianos, foi criada a dicotomia sintagma x paradigma, ou seja, ela intenta compreender as relações de trocas de termos objetivando formar e criar enunciados mais complexos; logo, tal combinação pode ocorrer no campo do morfema, vocábulo, frases até a formação do enunciado comunicativo completo, que seria o texto. Tendo isso em mente, é possível dizer que as possibilidades de combinações são infinitas.

As questões que colocamos agora são: como se dá essa combinação? Os falantes combinam os elementos na frase no modo como bem entendem ou existem restrições impostas pelas línguas no que diz respeito a esse processo? Se existe restrições, qual a sua natureza? Elas provêm dos padrões de correção de uso da língua impostos pela comunidade? São arbitrárias? Refletem o funcionamento natural da mente humana, sendo, portanto, universais? (MARTELOTTA, 2013, p. 43)

Antes de proceder às respostas das perguntas supracitadas, Martelotta (2013) explica o fato de que os falantes de determinada língua não podem simplesmente combinar elementos de maneira aleatória e da forma como melhor acharem, pois a língua impõe limitações aos usuários,

em seguida o autor exemplifica que em língua portuguesa, quando existe a necessidade de utilizar a desinência “-s” para designar plural em um vocábulo, é comumente sabido que se deve colocá-la no final do vocábulo (casa/casas). É necessário frisar que tais tipos de restrições ocorrem em diversos níveis gramaticais, sendo, portanto, aplicados a todos os elementos linguísticos.

Consonante a este fato, há exemplos expostos que exemplificam mais esta relação de restrição na língua portuguesa.

- a) As suas conhecidas irmãs do Rio de Janeiro.
- b) As suas irmãs do Rio de Janeiro conhecidas.
- c) Suas irmãs conhecidas do Rio de Janeiro as.

Falando em termos gramaticais, apenas o enunciado a) é correto, visto que as palavras obedecem às regras de estrutura frasal da língua portuguesa; no entanto, o enunciado b) apresenta uma falta de ordenança, uma vez que o ideal é colocar o adjetivo próximo ao substantivo a que se refere; portanto, o sintagma deveria ser “irmãs conhecidas”. Adiante, a estrutura c) também apresenta problema uma vez que o artigo deve preceder o substantivo, porém, neste caso, ele deveria ser posto antes do pronomes adjetivo suas, por isso, ao observar estas sentenças, é explicitado que há um modelo pré-estabelecido na língua e este deve ser utilizado para que seja possível realizar uma comunicação eficaz e inteligível.

A partir desde momento ficou notório que não cabe ao falante determinar de forma completamente livre a formação exaustiva das estruturas que utilizará, sendo assim, agora é necessário entender a natureza desta restrição no campo das combinações.

Desde a Antiguidade Clássica, os estudiosos da linguagem vêm sugerindo interpretações que reflipam a natureza e funcionamento das línguas, bem como propostas de sistematização descritiva apoiadas nestas interpretações. Com a evolução dos estudos linguísticos. Essas interpretações foram sendo aperfeiçoadas, abandonadas e até mesmo retomadas em função de novas descobertas científicas. O conjunto dessas interpretações e descrições acerca do funcionamento da língua recebe o nome de gramática. (MARTELOTTA, 2013, p. 44)

É possível afirmar que a gramática é uma forma de estudo que visa entender como funcionam questões voltadas para estruturas da língua, tais como regularidade, irregularidade e até mesmo os padrões de fala e escrita que devem ser adotados. Por conseguinte, este tipo de obra possui em sua concepção mais profunda, desde a Antiguidade Clássica, função

de orientar, normatizar e estabelecer regras.

Com o passar do tempo, Bechara (2014) sustenta a ideia de que gramática se tornou um termo polissêmico, visto que há diferentes formas de conceber este tipo de obra, todavia assim como o gramático, iremos categorizar em termos de concepção, uso e aplicação apenas dois tipos de gramática que seriam a tradicional e a descritiva.

2.1. Gramática normativa

Este tipo de gramática também é chamado de gramática tradicional ou gramática escolar e geralmente é utilizada em escolas, sua preocupação principal é voltada para aspectos estruturais, apreensão correta de prefixos, sufixos e análise sintática. Por este motivo, o padrão de língua adotado neste tipo de obra comumente não é utilizado no dia a dia, por isso sua forma de exemplificar usualmente é descontextualizada e pautada em estruturas que são de estranho pronunciar e uso sendo, portanto, geralmente inacessível a muitos falantes da língua.

A chamada gramática tradicional, utilizada como modelo teórico para a abordagem e o ensino da nossa língua nas escolas, tem origem em uma tradição dos estudos de base filosófica que se iniciou na Grécia antiga. Os filósofos gregos se interessaram por estudar a linguagem, entre outros motivos, porque queriam entender alguns aspectos associados à relação entre a linguagem, o pensamento e a realidade [...]. Ao lado dessa preocupação de caráter filosófico, a gramática grega apresentava uma preocupação normativa, ou seja, assumia a incumbência de ditar padrões que refletissem o uso ideal da língua grega. Podemos ver a tendência normativa da dramática grega na atitude de impor o dialeto ático como o ideal. (MARTELOTTA, 2013, p. 45 e 46)

Martelotta (2013) explica que essa tradição continuou firme na atualidade visto que os padrões gregos foram adotados pelos romanos e adaptados à língua latina. No entanto, aspectos de cunho normativos foram enfatizados uma vez que, devido ao crescimento do império romano, a unificação linguística tornou-se imprescindível.

A partir do século XVI, quando se elaboraram as primeiras gramáticas das línguas faladas no mundo da época, as gramáticas latinas foram fonte de inspiração, já que o latim, por seu prestígio como língua de expressão culta, servia como modelo para as novas línguas: quanto mais parecidas com o latim fossem as novas línguas, melhores elas seriam. (MARTELOTTA, 2013, p. 46)

Portanto, a gramática tradicional tem sua aplicação baseada no julgamento de valor, pois categoriza estruturas como certas e erradas e até mesmo melhores. A adoção deste posicionamento é altamente crítica-

da pela linguística moderna, porque geralmente padrões considerados como corretos tendem a serem formas utilizadas por pessoas privilegiadas cujas habitações são localizadas nas partes mais ricas do país.

Mais do que isso, ao conceber a existência de formas gramaticais corretas, os gramáticos tradicionais abandonam determinadas formas consideradas erradas, mas que são efetivamente utilizadas pelos falantes na comunicação diária. Com isso, essa gramática adota uma visão parcial da língua, sendo incapaz de explicar a natureza da linguagem em sua totalidade. (MARTELOTTA, 2013, p. 47)

2.2. Gramática descritiva

Bechara (2014) categoriza a gramática descritiva como sendo uma disciplina científica, cujo objetivo é descrever um sistema linguístico em todos os seus aspectos e variedades, sem emitir um juízo de valor.

Sendo assim, obra supracitada geralmente descreve um sistema em um dado tempo; portanto, usualmente não há implicações diacrônicas. Diferentemente da gramática greco-latina, tradicional, a descritiva não está baseada no pressuposto de que há um padrão melhor que o outro. Adiante, Perini (2004) explica que a gramática descritiva possui cunho científico, uma vez que esta não procura impor normas e sim compreender estruturas e funcionamentos internos na língua em situações reais de uso. Por isso, sua exemplificação parte de diálogos cotidianos, autênticos e espontâneos.

Devido ao teor científico, estruturas consideradas não gramaticais, fora do padrão culto exercido, geralmente por classes privilegiadas, porém utilizadas no dia a dia do falante também são descritas e recebem a atenção que lhe são cabidas. Em adição, Perini (2014) estabelece:

Na língua padrão escrita não se utiliza o pronome *ele* como objeto direto. Assim, escreve-se *encontrei-a* – embora se diga *encontrei ela*. Colocada dessa maneira, a recomendação deixa claro que se trata de uma diferença entre o padrão escrito e o falado – mas é uma diferença que realmente existe, e pode ser observada na realidade. Não é uma preferência ou um desejo do gramático ou dos gramáticos. Note-se o início da regra: “Na língua padrão escrita...” (PERINI, 2014, p. 63)

Por esse tipo de abordagem, Perini (2009) indica que esta gramática deve ser utilizada preferencialmente na formação de educadores e profissionais da área de letras, visto que seria ideal obter conhecimento de todos os níveis da língua e tal discurso poderia causar estranhamento

quando exposto na escola de forma inadequada. Somado a isso, é importante notar que a língua está sempre em constante mudança e que as normas e regras não são imutáveis, esse fato demanda a necessidade de que haja compreensão não só de normas prescritivas da língua, mas também de seu real funcionamento.

3. Uma proposta para a sala de aula

A partir das ideias aqui elucidadas, propõe-se que o ideal é haver uma análise no conteúdo a ser ensinado, refletir sobre a necessidade dos itens lexicais, textuais, literários etc. Pois, ao fazer isso, é viabilizado o não enfoque em termos e abordagens exaustivamente metalinguísticos; por conseguinte, a fim de se alcançar tal objetivo, o ensino de língua portuguesa poderia e deveria continuar a utilizar bases gramaticais, desde que estas fossem contextualizadas e possuíssem uma abordagem científica, instigando os alunos a pensarem, reconhecer as regularidades na língua.

Tal abordagem científica no ato de ensinar a língua materna poderá habilitar o aluno a compreender o funcionamento do instrumento linguístico, bem como os padrões de aceitabilidade no que tange a prática oral e escrita, portanto Perini (2014, p. 48-58) afirma:

A justificativa tradicional da presença da gramática na escola é que ela seria um dos instrumentos que facilitam a aquisição da língua padrão escrita. No entanto, um exame dos fatos mostra que essa justificativa é falsa: aprende-se a língua padrão através da prática, principalmente da leitura e escrita, não através dos estudos gramaticais. Sustento que a gramática merece lugar no currículo como uma disciplina científica, ao lado da biologia, da geografia e da química. Por conseguinte, o ensino de gramática deve seguir as linhas gerais da educação científica, enfatizando a observação, a formulação de hipóteses, o raciocínio lógico – exatamente o que o ensino tradicional não faz (...) Em outras palavras, a gramática é uma disciplina científica, pois tem como finalidade do estudo, a descrição e a explicação de fenômenos do mundo real. (PERINI, 2014, p. 48-58)

Ao pensarmos o ensino de língua materna nesta base, é importante estabelecermos como esta abordagem se daria em contraponto ao que é feito. Perini (2014) afirma que muitas das vezes, no ensino tradicional vigente, somos convidados a aprender, geralmente, por meio de decorações; logo, não há, de fato, uma análise do método de como foi obtido tais resultados; por conseguinte, o ensino gramatical não abre espaços para questionamentos, uma vez que se acredita piamente que todas as des-

cobertas e usos da língua estão contidos nas páginas do livro normativo.

Todavia, é de suma importância enfatizar que a língua está em constante mudança, a todo o momento novas palavras são criadas e estruturas são modificadas a fim de facilitar o processo comunicativo, um básico exemplo disso é a mudança na estrutura “ter de” para “ter que”, visto que, quando usada na terceira pessoa do singular, “ela tem de” havia uma possível ambiguidade, pois se compreendia, muitas das vezes, “ela tende” do verbo tender; por isso, acreditar que toda a realidade linguística fora completamente sistematizada em gramáticas é, na melhor das hipóteses, ingenuidade.

Temos que concluir que o estudo da gramática, tal como praticado atualmente, contribui para a analfabetização científica dos estudantes; por fornecer resultados sem focalizar os métodos de obtê-los; por, muitas vezes, lidar com dados fictícios (como quando se diz que a frase *me dá ele aí* “não existe”); por desencorajar a dúvida e o questionamento; em uma palavra, por encorajar a crença acrítica em doutrinas aprendidas, mas não justificadas. (PERINI, 2014, p. 56)

Em suma, durante o ensino de língua materna, que é um ato científico, não há espaço para afirmações fundamentadas em autoridade e na negação de fenômenos presentes na realidade linguística diária.

O maior problema na gramática normativa, como se vê, não está em procurar ensinar uma variedade da língua às pessoas que dominam outra variedade; está em negar, primeiro, a validade de uma dessas variedades, colocando as coisas em termos de “certo” e “errado”, em vez de “adequado a este ou àquele contexto”; e, depois, em desprezar a necessidade de adequação aos fatos. (PERINI, 2014, p. 64).

4. Considerações finais

Conclui-se que a gramática tem seu lugar e importância no ensino de língua materna, no entanto é necessário que se estabeleça os seus limites de atuação e encará-la como uma forma de generalização do sistema linguístico e entender, acima de tudo, que é uma obra inacabada, portanto não contém nem conterá todas as variedades existentes em si o que proporciona uma ótima oportunidade para levantar questionamentos e promover soluções colaborativas, descentralizando o saber a língua de uma figura de poder ou padrão privilegiado imposto pequena parte da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Irandé. *Gramática contextualizada: limpando “o pó das ideias simples”*. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.

BECHARA, Evanildo. Para quem se faz uma gramática? In: NEVES, Maria Helena de Moura; GALVÃO, Vânia Cristina Caseb. (Orgs.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores* Evanildo Bechara et al. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio*. Brasília: MEC, 2000.

_____. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. Terceiro e quarto Ciclos. Brasília: MEC, 1998.

KLEIMAN, Ângela Bustos. Concepções da escrita na escola e formação do professor. In: VALENTE, André. (Org.) *Aulas de português: perspectivas inovadoras*. 6. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

LUFT, Celso Pedro. *Língua e liberdade*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: _____. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2013.

PERINI, Mário Alberto. Defino minha obra gramatical como a tentativa de encontrar resposta às perguntas: por que ensinar gramática? Que gramática ensinar? In: NEVES, Maria Helena de Moura; GALVÃO, Vânia Cristina Caseb. (Orgs.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores* Evanildo Bechara et al. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2014.

_____. *Gramática descritiva do português*. 4. ed, São Paulo: Ática, 2009.

_____. *Para uma nova gramática do português*. 10. ed. São Paulo: Ática, 2004.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. *A linguística textual e a sala de aula*. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.